

Estudos de caso de *advocacy*

TREINAMENTO DE COMUNIDADES PARA TRABALHAR COM O GOVERNO LOCAL NO NEPAL

PAÍS: Nepal

TEMA: Governança

ABORDAGENS DE ADVOCACY: Mobilização da comunidade; educação dos membros da comunidade; funcionários do governo: reuniões

No Nepal, o governo nacional criou uma lei que oferece às comunidades uma forma de participar significativamente no trabalho de desenvolvimento, através do Processo de Planejamento Participativo (PPP). Usando o PPP, a parceira da Tearfund, United Mission to Nepal (UMN), ajudou comunidades locais a participar em todos os níveis da tomada de decisões.

A lei estipulava que, quando os governos locais alocavam verbas para o trabalho de desenvolvimento em setores como infraestrutura ou atividades sociais, culturais e econômicas, as propostas dos Comitês de Desenvolvimento das Aldeias tinham que ser levadas em consideração. No entanto, muitas vezes, as decisões eram deixadas para alguns políticos, elites e autoridades influentes e frequentemente não levavam em conta os pontos de vista e as necessidades da comunidade.

Para reverter essa tendência, a UMN mobilizou pessoas de alguns Comitês de Desenvolvimento das Aldeias para aumentar sua participação nesse trabalho de desenvolvimento da comunidade e treinou-as sobre como obter acesso às verbas do governo local. No âmbito comunitário, a organização também incentivou os facilitadores locais a visitar cada família e convidá-las a participar da reunião inicial. Os facilitadores tinham um relacionamento de longa data com suas comunidades e amplo conhecimento do contexto local. Assim, eles estavam bem posicionados para encorajar famílias pobres e de castas baixas e outros grupos marginalizados a participar, pessoas que normalmente não teriam sido incluídas.

Nas reuniões, as comunidades aprenderam que as verbas de desenvolvimento para os Comitês de Desenvolvimento das Aldeias pertenciam a elas, e elas tinham o direito de opinar sobre como essas verbas eram alocadas. A UMN treinou-as no processo oficial e nas áreas de prioridade governamentais e em como desenvolver propostas. A organização incentivou as comunidades a identificar e priorizar problemas e discutir possíveis soluções. Ela também ajudou-as a considerar e encontrar outros recursos locais e obter acesso a conhecimentos técnicos quando necessário. Os representantes municipais levaram as propostas das comunidades para o Comitês de Desenvolvimento das Aldeias.

Como resultado desse envolvimento no processo de tomada de decisões do governo local, foram liberadas verbas para projetos comunitários, entre eles: treinamento em costura para mulheres

solteiras, materiais para centros de primeira infância, manutenção de canais de irrigação, construção de banheiros, uma nova igreja e cercas para um cemitério.

Esse trabalho também mostrou ser sustentável. Os Comitês de Desenvolvimento das Aldeias que haviam participado anteriormente passaram a ser capazes, então, de participar do PPP de forma independente, com apenas um mínimo de apoio necessário da UMN.